

2. Fontes do Direito Tributário

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Direito Tributário | Data: 03/11/2025 11:01

1. FONTES FORMAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"Fonte" refere-se à origem ou causa de algo. No Direito, a expressão "fonte do direito" indica o ponto originário **de onde provém a norma jurídica**, as formas reveladoras do Direito.

Ruy Barbosa Nogueira destaca a existência de fontes reais e fontes formais no Direito Tributário.

- As **fontes reais** (ou materiais) constituem os suportes fáticos das imposições tributárias, sendo a **base sobre a qual incide a tributação**, como **patrimônio, renda e transferências**.
- Já as **fontes formais** são os **atos normativos** que expressam o Direito, dando vida jurídica ao sistema.

Fontes Formais do Direito Tributário: No âmbito do Direito Tributário Positivo, as fontes formais podem ser extraídas dos artigos 96 e 100 do CTN. Elas se dividem em fontes formais primárias (ou principais) e fontes formais secundárias (ou normas complementares).

- As **primárias** referem-se às **disposições legislativas** que **disciplinam a determinação, apuração, controle e procedimento** de formalização do crédito tributário.
- Já as **secundárias** incluem **normas regulamentares que complementam** as primárias (atendo-se ao art. 100 do CTN).

Doutrina e Jurisprudência como Não Fontes Formais: É fundamental compreender que a doutrina e a jurisprudência não são consideradas fontes formais do Direito Tributário. Embora desempenhem papéis cruciais na **interpretação da lei e na resolução de questões jurídicas**, elas não são os modos oficiais pelos quais o Direito se expressa e ganha vida jurídica. Apesar de não serem fontes formais, a doutrina e a jurisprudência têm relevância inquestionável no Direito Tributário. A doutrina contribui para a compreensão e interpretação do Direito, enquanto a jurisprudência, ao antecipar-se ao legislador, contribui para a lapidação de princípios e conceitos relacionados ao fato gerador, à base de cálculo e a outros elementos fundamentais do tributo.

Fontes Reais e suas Conexões: As fontes reais referem-se aos pressupostos ou suportes fáticos das imposições tributárias, como o patrimônio, a renda e os serviços. Esses elementos despertam o interesse de áreas além do Direito, como Sociologia, Política ou Economia. Vittorio Cassone destaca que essas fontes reais, habilitadas legalmente, **transformam-se em fatos tributáveis ou jurídicos**.

1.2. FONTES FORMAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

O ponto de partida para nossa análise é o art. 96 do CTN, que define a expressão **legislação tributária**.

- Essa expressão abrange as **leis, tratados, convenções internacionais, decretos e normas complementares**;
- Que **tratam**, total ou parcialmente, sobre **tributos** e as **relações jurídicas a eles pertinentes**. Aqui, encontramos uma cláusula aberta, permitindo que a legislação tributária assumam diferentes formas e fontes.

⚠ **ATENÇÃO:** Distinção entre Leis e Legislação Tributária: É crucial diferenciar "lei tributária" (conforme o art. 97 do CTN) e "legislação tributária". A **lei tributária**, dedicada à **proteção do contribuinte**, é específica, abordando a **instituição, extinção, majoração, redução de tributos**, definição do fato gerador, fixação de alíquotas e demais aspectos fundamentais. Aqui, o princípio da legalidade tributária, presente no art. 150 da Constituição Federal e art. 97 do CTN, exige que apenas a lei possa estabelecer esses elementos essenciais.

Fontes Formais Primária (ou principais): As fontes formais primárias são as principais no Direito Tributário. Incluem as **leis (em sentido amplo)**, tratados e convenções internacionais, bem como decretos. A atenção especial para o **princípio da legalidade tributária** ressalta que **decretos**, embora fontes formais principais, devem limitar-se a **questões periféricas** da tributação, **sem instituir ou majorar tributos**, por exemplo.

Destaca-se a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considera o art. 97 do CTN como uma repetição do art. 150, I, da Constituição Federal. Quanto à **classificação de decretos**, há **divergências** entre os teóricos, alguns considerando-os **fontes formais secundárias**, enquanto outros, como **fontes formais principais**.

1.2.1. FONTES FORMAIS PRINCIPAIS

Passemos, então, ao estudo das fontes formais principais do Direito Tributário, na ordem de itens assim indicada:

- Constituição Federal;
- Emenda à Constituição Federal;
- Lei Ordinária;
- Decreto;
- Lei Delegada;
- Medida Provisória;
- Decreto Legislativo;
- Resolução;
- Tratados e Convenções Internacionais;
- Lei Complementar.

1.2.1.1. LEIS

A expressão "leis" prevista no art. 96 do CTN, se refere a **leis em sentido amplo** que compreende a Constituição Federal, emendas, leis ordinárias, medidas provisórias etc.

- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL:** Nas palavras do professor Eduardo Sabbag "A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, é uma importante e destacada fonte do Direito Tributário, uma vez que nela estão sistematicamente estruturados os princípios básicos e as normas nucleares pertinentes aos tributos, conforme se depreende do disposto no Capítulo I ("Do Sistema Tributário Nacional") do Título VI ("Da Tributação e do Orçamento"), ao longo dos arts. 145 a 162 do texto constitucional. Com efeito, em matéria tributária, a Constituição Federal estabelece as **limitações constitucionais ao poder de tributar** (arts. 150 a 152) e **delimita a repartição das receitas tributárias** (arts. 157 a 162)."
- **LEIS COMPLEMENTARES:** Conforme dispõe o art. 146, CF:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Parágrafo único. *A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:*

I - será opcional para o contribuinte;

II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

EXIGE LEI COMPLEMENTAR PARA A REGULAMENTAÇÃO DAS SEGUINTE MATÉRIAS:

- Dispor sobre **conflitos de competência**, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o DF e os Municípios;
- Regulamentação às **limitações do poder de tributar**;
- Estabelecimento de **normas gerais em matéria de legislação tributária** (definição de tributos e de suas espécies; obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência etc.);
- Definição do **tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e para empresas de pequeno porte**, inclusive **regimes especiais ou simplificados para o caso do ICMS**, da **contribuição previdenciária** e ao **PIS**.

⚠ **ATENÇÃO:** "A lei complementar a que se refere o art. 146 do texto constitucional é **o próprio Código Tributário Nacional** (Lei n. 5.172/66), que com tal índole foi recepcionado pela atual Carta Magna como a mais relevante norma infraconstitucional reguladora da matéria tributária no Brasil. Nesse Código, disciplinam-se os **institutos genuínos da tributação**, v.g., **fato gerador, lançamento, decadência, prescrição, obrigação tributária, crédito tributário**, entre outros."

- **LEIS ORDINÁRIAS:** “Leis Ordinárias correspondem à normalidade na instituição de matérias tributárias. Em outras palavras, será a lei utilizada pelo cotidiano da União, Estados, Distrito Federal e Municípios quando não existir reserva de matéria a outra espécie.

É o **principal meio normativo que veicula o fenômeno tributacional**, em virtude do princípio da legalidade tributária.

- **LEIS DELEGADAS**

Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional. (...)

Eduardo Sabbag explica: “A lei delegada representa o ato normativo de confecção do Poder Executivo, que recebe, para tanto, uma delegação do Poder Legislativo. A propósito, o art. 68 da CF dispõe que as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional. **Equipara-se à lei ordinária**, diferindo desta apenas na forma de elaboração. É que a delegação reveste-se da forma de resolução do Congresso Nacional – e não, propriamente, “resolução do Senado”! –, que especifica seu conteúdo e os termos do seu exercício (art. 68, § 2º, CF)”.

As **matérias reservadas à lei complementar não poderão ser objeto de delegação**, conforme art. 68, § 1º.

⚠ **ATENÇÃO:** *Devido à frequente utilização de medidas provisórias, as leis delegadas perderam sua aplicação prática, mostrando uma tendência ao desuso. Quanto à possibilidade de legislar sobre tributos por meio de lei delegada, a resposta tende a ser afirmativa em princípio. A lei delegada é **elaborada pelo Presidente da República com a aprovação do Congresso Nacional, exceto nos casos de tributos específicos previstos na Constituição, como o Imposto sobre Grandes Fortunas, Empréstimos Compulsórios, Impostos Residuais e Contribuições Residuais da Seguridade Social.***

- **MEDIDA PROVISÓRIA:** “As medidas provisórias são instrumentos jurídicos excepcionais, que devem ser utilizados em face de situações de **relevância e urgência**, para as quais se exige pronta resposta do Estado, sem a necessidade de, num primeiro momento, percorrer todas as etapas do processo legislativo”. O art. 62 da CF dispõe:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

- **DECRETOS LEGISLATIVOS:** O professor Sabbag explica que o decreto legislativo, **ato emanado do Congresso Nacional, não necessita da sanção do Presidente da República**. No contexto tributário, destaca-se sua importância na União para **aprovar tratados, acordos ou atos internacionais**, marcando sua aceitabilidade na ordem jurídica interna. Além disso, desempenha um papel significativo ao **disciplinar as relações jurídicas decorrentes de medidas provisórias não convertidas em lei**, conforme previsto na Constituição. Ao contrário do decreto, o decreto legislativo **não possui aplicação direta em matéria tributária**, sendo seu foco principal a aprovação de tratados internacionais e a regulação das consequências das medidas provisórias não convertidas em lei.
- **RESOLUÇÕES:** “As Resoluções serão editadas pela unidade do **Congresso Nacional ou**

por cada casa (Senado Federal ou Câmara dos Deputados). Em matéria tributária, destacam-se as Resoluções do Senado Federal sobre as **alíquotas dos impostos estaduais**, visando **padronizar a incidência e evitar guerra fiscal** (art. 155, §§ 1º, IV, 2º, IV, V, 6º, I, da CF)”.

- **TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS:** O Código Tributário Nacional estabelece, no art. 98:

Art. 98. *Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.*

Roberto Caparroz ensina:

“Assim, no campo tributário não se aplica o princípio de revogação por lei posterior, pois o CTN determina que, após a introdução do tratado no direito brasileiro, as leis nacionais deverão respeitar as suas disposições, mantendo-se compatíveis com as obrigações assumidas no plano internacional.

Na hipótese de conflito, a lei ordinária interna restará prejudicada, pois não pode inovar o sistema em detrimento do texto aprovado nos tratados.

O Supremo Tribunal Federal tem se manifestado nesse sentido, inclusive ressaltando a necessidade de obediência ao tratado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, pois a norma introduzida na seara tributária tem força de lei nacional e não pode ser contrariada pelos entes federados.”.

- **DECRETOS:** Inicialmente, vale destacar que, esses decretos são DIFERENTES dos decretos legislativos. Conforme ensina o professor Rafael Novais, “os decretos aqui mencionados seriam aqueles **expedidos pelos chefes do Poder Executivo das esferas políticas** (Presidente, Governador e Prefeito) como **forma de regulamentar o conteúdo das leis** (art. 84, IV, da CF).”.

De acordo com o art. 99 do CTN:

Art. 99. *O conteúdo e o alcance dos decretos **restringem-se aos das leis** em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.*

Rafael Novais apresenta o seguinte exemplo: “a **criação do ICMS por parte dos Estados e Distrito Federal** vai requerer a **edição de lei**, prevendo seus fatos geradores, bases de cálculo, contribuintes e alíquotas. Contudo, a **lei pode reservar a edição do decreto para regulamentação e definição da formação de notas fiscais** necessárias para emissão das operações comerciais.”.

1.2.2. FONTES FORMAIS SECUNDÁRIAS

As fontes formais secundárias, também denominadas de normas complementares estão dispostas no art. 100 do Código Tributário Nacional:

Art. 100. *São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:*

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. *A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.*

Sua função, como esclarece o caput do art. 100 do CTN, é **complementar os tratados, decretos e as leis**.

1.2.2.1. ATOS NORMATIVOS

Os atos normativos são comandos do Poder Executivo que **visam garantir a correta aplicação da lei**, tratado ou decreto.

São de **caráter interno e geral**, fornecendo **orientações universais aos contribuintes e instruções aos servidores públicos responsáveis pelos procedimentos tributários**. Esse propósito alinha-se ao princípio da impessoalidade. Esses atos, provenientes de diversas autoridades hierárquicas, detalham minuciosamente o comando abstrato da lei, mantendo a normatividade da regra legislativa.

Devem estar em conformidade com o diploma legal ao qual se referem, mesmo que aparentes conflitos possam surgir. Embora vinculem o agente público e, em conformidade, o contribuinte, não são vinculativos para o Poder Judiciário. Descumprimentos podem resultar em sanções, podendo ser resolvidos judicialmente.

Exemplos incluem **portarias ministeriais, circulares, instruções normativas, resoluções do ministro da Fazenda**, entre outros. O Manual de Preenchimento da Declaração de Rendimentos é um exemplo prático de ato normativo

1.2.2.2. DECISÕES COM EFICÁCIA NORMATIVA

Rafael Novais ensina:

*"Por decisões normativas devemos compreender aquelas **tomadas pelos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa** quando a lei atribuir eficácia de norma. As decisões administrativas tomadas dentro do **Processo Administrativo Tributário - PAT apenas vinculam as partes nele integrantes** (efeito inter partes), podendo a lei atribuí-las efeitos normativos para aplicação abstrata em outras situações (atribuição de efeitos erga omnes). Assim, atente-se, não será qualquer decisão administrativa que se tornará norma complementar, mas apenas aquela que adquire efeito normativo pela lei."*

1.2.2.3. COSTUMES

Os costumes administrativos em matéria tributária podem ser de três **espécies**:

- **Constitutivos;**
- **Revogatórios;**
- **Interpretativos.**

Nas palavras de Paulo Caliendo: “Os costumes **constitutivos criariam novas obrigações e direitos** em confronto com a lei; já os **revogatórios** seriam **desconstitutivos de direitos ou obrigações preexistentes**, enquanto os costumes **interpretativos** seriam aqueles que apenas teriam a **função de interpretar determinada norma jurídica**. Os costumes administrativos **não podem criar nem extinguir obrigações tributárias**, tarefa reservada à lei. Eles **podem afastar determinada obrigação acessória ou dever instrumental, penalidade ou sanção tributária**”.

1.2.2.4. CONVÊNIOS

Os convênios são **acordos administrativos**, podem ser celebrados **entre a União, Estados, DF e Municípios**, tem como **finalidade a execução de leis, serviços, decisões**, entre outros.

Esses acordos promovem **assistência mútua e atuação integrada**, abrangendo permuta de informações, uniformização de obrigações acessórias e reconhecimento de extraterritorialidade.

No contexto fiscal, destacam-se os **convênios do ICMS**, que diferem dos convênios de cooperação por **possuírem força de direito objetivo e inovarem o Direito**. Os convênios de cooperação, regidos pela lei, não revogam nem desobedecem a esta, sendo atos infralegais que não inovam na ordem jurídica e não se confundem com os convênios de ICMS.

1.2.2.4.DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

“Com efeito, a doutrina e a jurisprudência **não são fontes formais do Direito Tributário**. No plano conceitual, a doutrina tem um importante papel no âmbito do Direito, como elemento vital à sua compreensão.

Representa, ademais, a **produção científica e conceitual** realizada pelos juristas e estudiosos na elaboração e sistematização de conceitos, bem como na explicação de institutos jurídicos de tributação. É o produto da interpretação da lei e o resultado da pesquisa científica. Por sua vez, a jurisprudência designa o **conjunto das soluções dadas pelo Poder Judiciário** a questões de Direito, de forma reiterada e harmônica (no mesmo sentido). Sua importância para o Direito Tributário é inquestionável, por duas razões básicas: (I) tem a função de aclarar e dirimir dúvidas quanto à aplicação do Direito e (II) antecipa-se ao legislador no trabalho de lapidação de princípios e conceitos, atinentes ao fato gerador, à base de cálculo e aos demais elementos fundantes do tributo.

△ **ATENÇÃO:** A jurisprudência é de extrema relevância ao Direito Tributário, **auxiliando no aprimoramento de princípios e conceitos** do Direito Tributário.

[[113]] [[114]] [[115]] [[116]] [[117]] [[118]]

GUIA DE ESTUDOS

1. Qual é a diferença fundamental entre fontes reais e fontes formais do Direito Tributário?

As **fontes reais (ou materiais)** são os **suportes fáticos** sobre os quais a tributação incide, como patrimônio, renda e serviços. Já as **fontes formais são os atos normativos que expressam o Direito** e dão vida jurídica ao sistema tributário.

2. Por que a doutrina e a jurisprudência, apesar de sua inquestionável relevância, não são consideradas fontes formais do Direito Tributário?

A doutrina e a jurisprudência não são fontes formais **porque não constituem os modos oficiais pelos quais o Direito se expressa**. Embora sejam cruciais para a interpretação da lei e resolução de questões, **elas não criam a norma jurídica em si**.

3. Explique a distinção conceitual entre "legislação tributária" (art. 96, CTN) e "lei tributária" (art. 97, CTN).

"Legislação tributária" é uma **expressão ampla** que abrange leis, tratados, decretos e normas complementares que tratam de tributos. **"Lei tributária"** é **mais específica**, referindo-se à norma que, em obediência ao princípio da legalidade, **pode instituir, majorar, reduzir ou extinguir tributos**.

4. Qual é a principal função da Lei Complementar em matéria tributária, conforme estabelecido pelo art. 146 da Constituição Federal?

A Lei Complementar tem a função de **estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária**. Suas competências incluem dispor sobre conflitos de competência, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e definir elementos essenciais de tributos, como fato gerador e base de cálculo.

5. De acordo com o texto, qual é o papel dos decretos expedidos pelo Poder Executivo e qual a principal limitação imposta a eles?

Os decretos expedidos pelos chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) **servem para regulamentar o conteúdo das leis**. Sua principal limitação é que seu conteúdo e alcance se restringem aos das leis que regulamentam, **não podendo inovar na ordem jurídica para instituir ou majorar tributos**.

6. O que são fontes formais secundárias e qual sua função principal de acordo com o art. 100 do CTN?

Fontes formais secundárias, também chamadas de normas complementares, **são disposições que complementam as leis, tratados e decretos**. Elas incluem atos normativos de autoridades administrativas, decisões com eficácia normativa, práticas administrativas reiteradas

e convênios.

7. Como os tratados e convenções internacionais se relacionam com a legislação tributária interna, segundo o art. 98 do CTN?

Os tratados e convenções internacionais **revogam ou modificam a legislação tributária interna** e **devem ser observados pela legislação superveniente**. Isso significa que, em caso de conflito, a lei interna não pode inovar o sistema em detrimento do que foi acordado no tratado.

8. Qual é a função destacada das Resoluções do Senado Federal no âmbito tributário?

As Resoluções do Senado Federal destacam-se por sua função de **estabelecer as alíquotas dos impostos estaduais, como o ICMS**. O objetivo é padronizar a incidência tributária e evitar a chamada "guerra fiscal" entre os estados.

9. O que são as "decisões com eficácia normativa" e como elas se transformam em normas complementares?

São **decisões tomadas por órgãos de jurisdição administrativa que, por força de lei, adquirem eficácia normativa** (efeito erga omnes). Assim, uma decisão que originalmente vincularia apenas as partes de um processo **passa a valer como norma para aplicação em outras situações abstratas**.

10. Qual a limitação fundamental imposta aos costumes administrativos em matéria tributária?

Os costumes administrativos **não podem criar nem extinguir obrigações tributárias**, tarefa que é reservada exclusivamente à lei. Eles podem, no entanto, afastar a aplicação de uma obrigação acessória, dever instrumental, penalidade ou sanção tributária.

DISCURSIVAS PARA PRÁTICA

1. Discorra sobre a hierarquia e a interação entre as diversas fontes formais primárias do Direito Tributário, abordando o papel da Constituição Federal, das Leis Complementares e das Leis Ordinárias na estruturação do sistema.
2. Analise o princípio da legalidade tributária (art. 150, CF e art. 97, CTN) e sua influência sobre as diferentes espécies de fontes formais, como decretos, medidas provisórias e leis delegadas.
3. Compare e contraste as fontes formais primárias e secundárias do Direito Tributário, explicando a função de complementaridade das secundárias e fornecendo exemplos de cada categoria conforme o art. 100 do CTN.

4. Embora não sejam fontes formais, explique detalhadamente a relevância da doutrina e da jurisprudência para a evolução e interpretação do Direito Tributário, conforme apresentado no material.
5. Explique o conceito de "legislação tributária" conforme o art. 96 do CTN e detalhe pelo menos cinco das fontes formais principais listadas no texto, descrevendo a função específica de cada uma delas.

ITENS RELACIONADOS

❏ Questão #116

Questão: Direito Tributário

Autor: Diego Vieira Dias

No contexto das fontes do direito tributário, a fonte primária, que é utilizada para resolver assuntos de competência exclusiva, sem a sanção presidencial, tal como a fixação de alíquotas de ICMS nas operações interestaduais, é o(a):

ALTERNATIVAS:

- A) Decreto
- B) Decreto Legislativo
- C) Lei Delegada
- D) Lei Ordinária
- E) Resolução do Senado ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

Relativamente ao Direito Tributário e às fontes de sua legislação, é importante destacar um instrumento legislativo específico para a fixação de alíquotas do ICMS em operações interestaduais. Esse instrumento é a Resolução do Senado, que não exige sanção presidencial e é fruto da competência exclusiva do Senado Federal.

Competências do Senado relacionadas ao ICMS:

- A competência obrigatória inclui estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- Duas competências facultativas permitem ao Senado:
 - Estabelecer alíquotas mínimas para operações internas.
 - Fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflitos específicos entre Estados.

Para elucidar:

- Alíquotas Internas (fixação facultativa):
 - Alíquota mínima - Iniciativa de 1/3 dos Senadores e aprovação pela maioria absoluta.
 - Alíquota máxima - Iniciativa da maioria absoluta dos Senadores e aprovação por dois terços.
- Alíquotas Interestaduais (fixação obrigatória):
 - Iniciativa pode partir do Presidente da República ou de 1/3 do Senado.

- **Aprovação necessária pela maioria absoluta dos Senadores.**

Compreender essas nuances é essencial para o entendimento adequado das fontes do direito tributário e suas aplicabilidades práticas. Esta informação é baseada no conhecimento fornecido pelo especialista Ricardo Alexandre.

❏ **Questão #114**

Questão: Direito Tributário: Fontes

Autor: Diego Vieira Dias

Por determinação constitucional, a Lei Ordinária não pode ser considerada fonte do Direito Tributário, o qual deve ser regido por Lei Complementar.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A Lei Ordinária pode, sim, ser fonte do Direito Tributário. Na verdade, muitas normas tributárias são estabelecidas por Leis Ordinárias. Embora a Constituição Federal defina que certos aspectos do Direito Tributário precisam ser regulamentados por Lei Complementar, como normas gerais, a Lei Ordinária ainda desempenha um papel crucial.

❏ **Questão #115**

Questão: Direito Tributário: Fontes

Autor: Diego Vieira Dias

Assinale a opção que indica matéria de ordem tributária que pode ser instrumentalizada por lei ordinária, conforme a CF.

ALTERNATIVAS:

A) instituição de impostos expressamente previstos na CF ✓ **GABARITO**

B) regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar

C) estabelecimento de normas gerais sobre decadência tributária

D) instituição de impostos não previstos na CF

E) estabelecimento de normas gerais sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A - CORRETA: instituição de impostos expressamente previstos na CF - Como se sabe, a utilização do termo “lei”, pura e simplesmente, pela Constituição Federal, remete a elaboração da “lei ordinária”. Quando a CF atribui a elaboração de Lei Complementar, o faz expressamente. Assim, em regra, a instituição de impostos expressamente previstos na CF é realizada via lei ordinária, à luz do princípio da legalidade (art. 150, I, da CF e art. 97, do CTN).

B - INCORRETA: regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar - É hipótese de previsão via LEI COMPLEMENTAR, conforme art. 146, II, da CF.

C - INCORRETA: estabelecimento de normas gerais sobre decadência tributária - É hipótese de previsão via LEI COMPLEMENTAR, conforme art. 146, III, da CF.

D - INCORRETA: instituição de impostos não previstos na CF - A instituição de impostos NÃO previstos na CF dar-se-á por meio de LEI COMPLEMENTAR, conforme art. 154, I, da CF.

E - INCORRETA: estabelecimento de normas gerais sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo - É hipótese de previsão via LEI COMPLEMENTAR, conforme art. 146, III, c, da CF.

❏ Questão #117

Questão: Direito Tributário: Fontes

Autor: Diego Vieira Dias

Assinale a alternativa correta.

ALTERNATIVAS:

A) Somente a lei pode estabelecer o fato gerador da obrigação principal e da acessória.

B) Constitui majoração do tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

C) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação interna, mas não serão observados pela que lhes sobrevenha.

D) Os decretos, ainda que versem sobre tributos e relações a eles pertinentes, não estão compreendidos na expressão “legislação tributária”, posto que, expedidos pelo Poder Executivo, são fontes secundárias do direito tributário.

E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade. ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A)

CTN. Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em LEI como necessária e suficiente à sua ocorrência.

CTN. Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da LEGISLAÇÃO aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Ou seja, na obrigação tributária, o fato gerador da obrigação principal deve ser previsto em lei ou instrumento normativo de igual hierarquia; e o fato gerador da obrigação acessória deve estar previsto na legislação tributária em geral, inclusive, ato infralegal.

B)

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

C)

Art. 98. Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.

D)

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

E)

"Súmula vinculante nº 50 - Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade."

❏ Questão #118

Questão: Direito Tributário: Fontes

Autor: Diego Vieira Dias

Na criação de normas de direito tributário, é da competência exclusiva do Congresso Nacional

ALTERNATIVAS:

- A) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. ✓ **GABARITO**
- B) autorizar o presidente da República a declarar imunidade tributária de empresas estrangeiras.
- C) promulgar leis que criem isenções.
- D) expedir instruções normativas.
- E) sancionar leis que definam fatos geradores de obrigações tributárias.

COMENTÁRIO DO GABARITO:

1. Enunciado da questão

Exige-se conhecimento acerca das competências exclusivas do Congresso Nacional.

2. Base constitucional (Constituição Federal de 1988)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

3. Exame do enunciado e identificação da resposta

À luz do art. 49, I, a, da CF/88, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

❏ Questão #113

[Art. 96 do CTN] Questão: Direito Tributário: Fontes

Autor: Diego Vieira Dias

Considerando os princípios e as normas do direito tributário, julgue o item que se segue.

De acordo com o Código Tributário Nacional, a legislação tributária restringe-se a leis, tratados e convenções internacionais, sendo os decretos e demais atos normativos expedidos por autoridades administrativas considerados normas complementares.

ALTERNATIVAS:

- A) Verdadeira
- B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A questão demanda conhecimentos sobre o tema: Legislação tributária.

Para acertamos essa questão, temos que dominar o seguinte dispositivo do CTN (atos normativos e normas complementares são legislação tributária):

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Logo, a assertiva “De acordo com o Código Tributário Nacional, a legislação tributária restringe-se a leis, tratados e convenções internacionais, sendo os decretos e demais atos normativos expedidos por autoridades administrativas considerados normas complementares.” é falsa.

Documento gerado em 09/02/2026 02:18:30 via BeHOLD

BeHOLD